

SUMÁRIO

<i>PREFÁCIO – CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO</i>	7
<i>AGRADECIMENTOS</i>	13
<i>INTRODUÇÃO</i>	15
CAPÍTULO I – EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS	
1. <i>Considerações iniciais</i>	17
2. <i>Existência (pertinência) e validade das normas jurídicas</i>	19
3. <i>Critério de identificação das normas jurídicas</i>	23
4. <i>Eficácia das normas e dos fatos jurídicos</i>	29
CAPÍTULO II – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: NOÇÕES GERAIS	
1. <i>Considerações iniciais</i>	35
2. <i>Definição de ato administrativo bilateral</i>	
2.1 <i>Ato administrativo enquanto ato jurídico</i>	
2.1.1 <i>Ato jurídico e direito privado</i>	36
2.1.2 <i>Definição de ato jurídico</i>	40
2.2 <i>Definição de ato administrativo</i>	44
2.3 <i>Ato administrativo unilateral e bilateral</i>	47
3. <i>Definição de contrato administrativo</i>	49
4. <i>Elementos e pressupostos dos contratos administrativos</i>	54
4.1 <i>Elementos do contrato administrativo</i>	55
4.2 <i>Pressupostos de existência do contrato administrativo</i>	56
4.3 <i>Pressupostos de validade do contrato administrativo</i>	
4.3.1 <i>Pressuposto subjetivo (sujeito)</i>	58
4.3.2 <i>Pressupostos objetivos (motivo e requisitos procedimentais)</i>	60
4.3.3 <i>Pressuposto teleológico (finalidade)</i>	62
4.3.4 <i>Pressuposto lógico (causa)</i>	63
4.3.5 <i>Pressuposto formalístico (formalização)</i>	64

CAPÍTULO III – DA INVALIDADE DO ATO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

1. Definição e tipos de invalidade	67
2. Definição de ato e contrato administrativo inválido	68
3. Espécies de atos e contratos administrativos inválidos e seu regime jurídico ...69	
3.1 Colocação do problema. Classificações existentes	70
3.2 Critério para a classificação dos atos inválidos	72
3.3 Classificação adotada	
3.3.1 Ponto de partida.....	74
3.3.2 Atos inexistentes.....	76
3.3.3 Direito de resistência.....	79
3.3.4 Posicionamento adotado: atos nulos e anuláveis	81
4. Invalidade do ato e do contrato administrativo: plano abstrato e concreto	83

CAPÍTULO IV – DA MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

1. Hipóteses de manutenção dos atos e contratos administrativos inválidos	87
2. Fundamento do dever de manter os atos e contratos administrativos inválidos	90
3. Manutenção dos atos e contratos inválidos: ausência de discricionariedade	91
4. Da competência constitucional para disciplinar as formas de manutenção dos contratos administrativos inválidos	94

SEÇÃO I – DA MANUTENÇÃO ATIVA: CONVALIDAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

5. Definição de convalidação	96
6. Objeto da convalidação	98
7. Limites à convalidação	101
8. Contratos convalidáveis	104
8.1 Vício de sujeito	105
8.2 Vício de formalização	107
8.3 Vício de requisitos procedimentais	110
9. Contratos inconvalidáveis	111
9.1 Vício de motivo	112
9.2 Vício de conteúdo e de objeto	113
9.3 Vício de finalidade	115
9.4 Vício de causa.....	115

SEÇÃO II – DA MANUTENÇÃO ATIVA: CONVERSÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

10. Conversão: definição e cabimento 116

SEÇÃO III – DA MANUTENÇÃO PASSIVA: SANEAMENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

11. Definição de saneamento. .. 118

12. Saneamento: hipóteses 119

12 1 Manifestação do destinatário do ato..... 120

12 2 Decadência 121

12 3 Prejuízo com a retirada superior ao gerado pela manutenção do ato inválido 128

CAPÍTULO V – DA RETIRADA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

1. Hipóteses de extinção dos atos administrativos bilaterais inválidos..... 135

SEÇÃO I – DA INVALIDAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS

2. Definição de invalidação. A invalidação dos contratos administrativos .. 139

3. Fundamento do dever de invalidar e ausência de discricionariedade... 141

4. Limites ao dever de invalidar 142

5. Invalidação: caráter constitutivo 143

6. Motivo da invalidação. 146

7. Objeto da invalidação 147

8. Sujeitos da invalidação 148

9. Procedimento administrativo invalidador 149

10. Efeitos da invalidação dos contratos inválidos..... 152

10.1 Efeitos da invalidação 153

10 2 Efeitos patrimoniais do contrato inválido..... 155

10.2.1 Responsabilidade objetiva da Administração 156

10.2 2 Princípio da vedação ao enriquecimento sem causa..... 161

SEÇÃO II – DA SUSTAÇÃO DOS CONTRATOS INVÁLIDOS PELO PODER LEGISLATIVO E PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

11. Considerações iniciais 166

12. Nota sobre a natureza jurídica do Tribunal de Contas..... 168

13. Controle de legalidade, legitimidade e economicidade .. 170

14. Competência para promover a sustação do contrato 173

15. Sustação pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas: ato de retirada? 178

16. Sustação e invalidação do contrato: semelhanças e diferenças 179

CAPÍTULO VI – SÍNTESE CONCLUSIVA

<i>1. Da existência, validade e eficácia das normas jurídicas..</i>	<i>183</i>
<i>2. Contrato administrativo: noções gerais.....</i>	<i>184</i>
<i>3. Da invalidade do ato e do contrato administrativo.</i>	<i>187</i>
<i>4. Da manutenção dos contratos administrativos inválidos.....</i>	<i>188</i>
<i>5. Da retirada dos contratos administrativos inválidos.....</i>	<i>192</i>
 <i>BIBLIOGRAFIA.....</i>	 <i>201</i>